



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 876-B, DE 2025**

**(Da Sra. Ana Paula Lima)**

Dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS); tendo parecer da Comissão de Saúde, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. ROGÉRIA SANTOS); e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela aprovação, na forma do substitutivo da Comissão de Saúde (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
SAÚDE;

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

### **I - Projeto inicial**

### **II - Na Comissão de Saúde:**

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

### **III - Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:**

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Apresentação: 11/03/2025 17:01:38.790 - Mesa

PL n.876/2025

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. ANA PAULA LIMA)

Dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Fica assegurada a oferta de tratamento hormonal para sintomas relacionados à menopausa e ao climatério no SUS, conforme indicação médica, e nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A importância das alterações hormonais no climatério e as abordagens terapêuticas para a menopausa representam uma questão fundamental para a saúde da mulher, com implicações significativas para sua qualidade de vida. O climatério é uma fase de transição na vida feminina que culmina com a menopausa, que marca o fim da fase reprodutiva. Durante o período, ocorre uma redução gradual da produção de hormônios pelos ovários, principalmente o estrogênio, provocando diversas alterações fisiológicas e psicológicas no organismo feminino<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Saúde; INSTITUTO SÍRIO-LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA. *Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_atencao\\_basica\\_saude\\_mulheres.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf). Acesso em: 28 fev. 2025.



A menopausa ocorre, em média, aos 51 anos, com 95% das mulheres passando por essa transição entre 45 e 55 anos. A menopausa está associada a uma diminuição acentuada na produção de estrogênio pelos ovários, resultando em baixas concentrações séricas de estradiol e sintomas vasomotores (ondas de calor) na maioria das mulheres, com intensidade sintomática variável entre elas. Aproximadamente 85% das mulheres experimentam fogachos durante a transição menopausal tardia e na pós-menopausa inicial, e cerca de 50% das mulheres na pós-menopausa eventualmente desenvolvem sintomas de atrofia vulvovaginal, incluindo secura vaginal e dispareunia, agora coletivamente denominados: síndrome geniturinária da menopausa.

A terapia hormonal menopausal (THM) é considerada eficaz para aliviar sintomas como ondas de calor, distúrbios do sono, alterações de humor e, em alguns casos, dores articulares. O tratamento deve ser individualizado, considerando a idade da paciente, gravidade dos sintomas, tempo decorrido desde a menopausa e fatores de risco para doenças cardiovasculares e câncer de mama. A THM é considerada segura para mulheres saudáveis e sintomáticas dentro de 10 anos após a menopausa ou com menos de 60 anos, desde que não apresentem contraindicações. Ademais, a THM deixou de ser recomendada como primeira linha para a prevenção de doenças crônicas (como doença coronariana, osteoporose, ou demência), embora possa ter benefícios na saúde óssea em algumas mulheres<sup>2</sup>.

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, assegura o direito à assistência terapêutica integral, definida por seu art. 19-M. Na ausência de PCDT (protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas), o inciso I do mesmo art. determina que as medicações sejam fornecidas com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores do SUS. Por sua vez, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) conta com alguns medicamentos hormonais usados no tratamento dos sintomas climatéricos.

<sup>2</sup> UPTODATE. *Treatment of menopausal symptoms with hormone therapy*. UpToDate, 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/treatment-of-menopausal-symptoms-with-hormone-therapy>. Acesso em: 28 fev. 2025.



Para que sejam incorporados ao SUS e oferecidos à população, o medicamento precisa possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como precisa ter sido avaliado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), com o objetivo de garantir segurança, eficácia e acesso equitativo ao tratamento. A Anvisa avalia as evidências científicas que sustentam o uso de medicamentos hormonais para o climatério, enquanto a Conitec assegura que os tratamentos oferecidos sejam eficazes e custo-efetivos, principalmente em comparação com as outras tecnologias já disponíveis.

Esta abordagem sistemática para incorporação de tecnologias protege a saúde das mulheres de várias maneiras: garantindo acesso a medicamentos seguros e eficazes, promovendo equidade em saúde ao disponibilizar tratamentos para todas as camadas sociais, e assegurando que o tratamento seja baseado nas melhores evidências científicas disponíveis. Sem este processo estruturado, muitas mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, poderiam ficar sem acesso aos tratamentos necessários para mitigar os impactos negativos do climatério e da menopausa em suas vidas.

Frente ao exposto, rogamos aos nobres pares o apoio a esta proposição, de modo a assegurar que as mulheres consigam receber, de forma equitativa, tratamento para os sintomas climatéricos de forma individualizada, conforme sua necessidade e sua condição clínica, com respeito às potenciais contraindicações, ou seja, quando os riscos do tratamento superarem seus potenciais benefícios.

Sala das Sessões, em            de março de 2025.

**ANA PAULA LIMA**  
**Deputada Federal PT/SC**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990</b>	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990365093-norma-pl.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990365093-norma-pl.html</a>
--	---

# COMISSÃO DE SAÚDE

## PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Autora:** Deputada ANA PAULA LIMA

**Relatora:** Deputada ROGÉRIA SANTOS

### I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Saúde o Projeto de Lei nº 876, de 2025, de autoria da nobre Deputada Ana Paula Lima, que "dispõe sobre a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Na justificação, a autora ressalta que o climatério representa uma fase de transição com significativas implicações para a saúde e qualidade de vida da mulher, que decorrem da redução na produção de hormônios. Destaca, ainda, a alta prevalência de sintomas vasomotores e da síndrome geniturinária da menopausa, e defende que a eficácia da terapia hormonal. A proposição busca, portanto, assegurar que as mulheres brasileiras, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso equitativo a esses tratamentos no âmbito do SUS.

O projeto foi distribuído às Comissões de Saúde; Defesa dos Direitos da Mulher; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A matéria não recebeu emendas nesta comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.



## II - VOTO DA RELATORA

A proposição em análise aborda uma questão de inegável relevância para a saúde pública e para a promoção da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). A atenção à mulher na fase do climatério é fundamental para garantir não apenas a sua qualidade de vida, mas também para prevenir agravos e doenças decorrentes das profundas alterações hormonais que marcam esse período. A iniciativa da nobre Deputada Ana Paula Lima é, portanto, meritória e oportuna.

Ao analisar a redação original, notamos que a autora, com notável acerto, já aponta o caminho para a correta implementação da medida. O art. 2º do projeto estipula que a oferta do tratamento hormonal deve ocorrer não apenas sob indicação médica, mas também "nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990". Essa remissão, de grande importância, evoca todo o arcabouço de avaliação para incorporação de tecnologias em saúde, processo que garante a segurança, a eficácia e a sustentabilidade das ofertas no âmbito do SUS.

O Substitutivo que ora apresentamos busca, justamente, dar densidade e clareza a essa determinação. O tratamento dos sintomas do climatério busca ofertar terapias seja embasada na melhor evidência científica disponível, em análises de custo-efetividade e no amplo debate com a sociedade, fortalecendo a gestão do sistema e a segurança das pacientes.

Contudo, poderão ser elaboradas diretrizes clínicas, ou documento equivalente, para orientar o cuidado durante climatério, promovendo o uso racional de medicamentos e a qualificação do atendimento.

Ante o exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 876, de 2025, na forma do Substitutivo já apresentado.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora

2025-12026



## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) para o climatério e sobre a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a oferta de tecnologias para o controle dos sintomas decorrentes do climatério no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Para o tratamento dos sintomas do climatério, poderão ser disponibilizadas diferentes abordagens terapêuticas, inclusive terapias hormonais, nos termos da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 3º Poderão ser elaboradas diretrizes clínicas, ou documento equivalente, para orientar o cuidado durante climatério, promovendo o uso racional de medicamentos e a qualificação do atendimento.

Parágrafo único. A escolha da abordagem terapêutica oferecida pelo SUS deverá considerar a avaliação clínica individualizada, bem como observar as diretrizes clínicas e as tecnologias incorporadas ao Sistema Único de Saúde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora



2025-12026





Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Saúde, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 876/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Rogéria Santos.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Zé Vitor - Presidente, Pedro Westphalen, Dr. Ismael Alexandrino e Rosângela Reis - Vice-Presidentes, Adriana Ventura, Aline Gurgel, Allan Garcês, Amom Mandel, Ana Paula Lima, Ana Pimentel, Antonio Andrade, Bruno Farias, Carla Dickson, Célio Silveira, Clodoaldo Magalhães, Coronel Meira, Detinha, Dimas Fabiano, Dorinaldo Malafaia, Dr. Francisco, Dr. Frederico, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Eduardo Velloso, Ely Santos, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Jorge Solla, Osmar Terra, Padre João, Paulinho da Força, Ribamar Silva, Ricardo Abrão, Robério Monteiro, Romero Rodrigues, Silvia Cristina, Thiago de Joaldo, Vermelho, Aliel Machado, Aureo Ribeiro, Bruno Ganem, Cabo Gilberto Silva, Delegado Paulo Bilynskyj, Diego Garcia, Dimas Gadelha, Dr. Jaziel, Dra. Alessandra Haber, Eduardo da Fonte, Enfermeira Rejane, Fernanda Pessoa, Geovania de Sá, Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Maria Rosas, Marussa Boldrin, Murillo Gouvea, Murilo Galdino, Paulo Folletto, Professor Alcides, Rafael Simoes, Ricardo Barros e Rogéria Santos.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2025.



Deputado ZÉ VITOR  
Presidente

Apresentação: 17/09/2025 15:09:58.983 - CSAUI  
PAR 1 CSAUDE => PL 876/2025  
DAD n 1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256111633000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor



## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) para o climatério e sobre a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a oferta de tecnologias para o controle dos sintomas decorrentes do climatério no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Para o tratamento dos sintomas do climatério, poderão ser disponibilizadas diferentes abordagens terapêuticas, inclusive terapias hormonais, nos termos da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 3º Poderão ser elaboradas diretrizes clínicas, ou documento equivalente, para orientar o cuidado durante climatério, promovendo o uso racional de medicamentos e a qualificação do atendimento.

Parágrafo único. A escolha da abordagem terapêutica oferecida pelo SUS deverá considerar a avaliação clínica individualizada, bem como observar as diretrizes clínicas e as tecnologias incorporadas ao Sistema Único de Saúde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**  
Presidente



# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

## PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS).

**Autora:** Deputada ANA PAULA LIMA.

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO.

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 876/2025, de autoria da Deputada Ana Paula Lima (PT-SC), dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS).

Apresentado em 11/03/2025, o Projeto de Lei em tela foi distribuído para a Comissão de Saúde, para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para a Comissão de Finanças e Tributação e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Como argumenta a autora da iniciativa, na justificação do Projeto de Lei apresentado, “o climatério é uma fase de transição na vida feminina que culmina com a menopausa, que marca o fim da fase reprodutiva”. Além disso, “durante o período, ocorre uma **redução gradual da produção de hormônios** pelos ovários, principalmente o estrogênio, provocando diversas alterações fisiológicas e psicológicas no organismo feminino”.

Na Comissão de Saúde, o Projeto recebeu parecer, pela aprovação, com substitutivo, de autoria da Deputada Rogéria Santos (REPUBLIC-BA). O parecer foi aprovado em 17/09/2025.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 15/10/2025, recebi a honra de ser designada como relatora do Projeto de Lei em tela.



A matéria sujeita-se a regime de tramitação ordinário e à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Não foram apensadas outras proposições ao Projeto original.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao Projeto original.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Como é do conhecimento de todas nós, o climatério é um período específico da vida caracterizado pela geração de alterações hormonais significativas. Essas modificações hormonais representam uma questão fundamental para a saúde física e psicológica da mulher, que se encontra na faixa etária em torno dos 50 anos.

Por essa razão e por sua relevância na vida das mulheres, é fundamental que elas possam contar com o apoio e a experiência do Sistema Único de Saúde (SUS) para o acompanhamento hormonal nessa fase importante da sua vida. Nesse sentido, a equipe médica que realizar o seu atendimento colocará em prática as diversas abordagens terapêuticas para a menopausa, perspectiva que representa uma questão fundamental para a saúde da mulher, com implicações significativas para sua qualidade de vida.

O climatério é uma fase de transição na vida feminina que culmina com a menopausa, que marca o fim da fase reprodutiva. Durante o período, ocorre uma redução gradual da produção de hormônios pelos ovários, principalmente o estrogênio, provocando **diversas alterações fisiológicas e psicológicas** no organismo feminino. Tudo isso deve ser acompanhado por um médico, com uma certa periodicidade.

O acompanhamento hormonal do climatério é a terapia de reposição hormonal (TRH), indicada para aliviar sintomas como ondas de calor, insônia e irritabilidade, entre outros. O tratamento, que pode envolver estrogênio e progesterona, requer prévia avaliação médica para verificar se há contraindicações para o uso dos medicamentos e para individualizar a dose do hormônio e a duração de sua utilização.



Sabe-se também que a menopausa está associada a uma diminuição acentuada na produção de estrogênio pelos ovários, resultando em baixas concentrações séricas de estradiol e sintomas vasomotores (ondas de calor) na maioria das mulheres, com intensidade sintomática variável entre elas.

Diante desse quadro, a terapia hormonal da menopausa (THM) é considerada eficaz para aliviar sintomas como ondas de calor, distúrbios do sono, alterações de humor e, em alguns casos, dores articulares. O tratamento médico deve ser individualizado, considerando a idade da paciente, a gravidade dos sintomas, o tempo decorrido desde a menopausa e os fatores de risco para doenças cardiovasculares e câncer de mama.

Na medida em que o Sistema Único de Saúde (SUS) já se encontra disseminado há mais de 4 décadas nas diversas regiões do nosso país, entendemos que os problemas causados pela menopausa, para a vida das mulheres brasileiras, poderão ser melhor tratados e acompanhados se conseguirmos transformar esse Projeto de Lei em norma jurídica para o país.

Finalmente, gostaria de agradecer o texto avaliativo sobre o tema do climatério e a introdução de seu tratamento pelo SUS, redigido pela **Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia**<sup>1</sup>, texto que ajudou muito na reflexão de que resultou a elaboração desse Parecer favorável. A Sociedade Brasileira entende que a **terapia hormonal é uma ferramenta valiosa** na promoção da saúde da mulher durante a menopausa. Nesse sentido, o atendimento pelo SUS é uma estratégia de saúde pública necessária, buscando promover a equidade no acesso aos cuidados médicos.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 876/2025, na forma do Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE).

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2025.



<sup>1</sup> Parecer sobre o Projeto de Lei 876/2025 sobre a incorporação de tratamentos hormonais para o climatério no SUS.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

4

Apresentação: 04/11/2025 20:32:34.300 - CMULHER  
PRL 1 CMULHER => PL 876/2025

**PRL n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258898072100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 876/2025, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados:

Dra. Alessandra Haber, Eli Borges, Enfermeira Rejane, Gisela Simona, Juliana Cardoso, Laura Carneiro, Rogéria Santos, Socorro Neri, Benedita da Silva, Chris Tonietto, Clarissa Tércio, Erika Kokay, Flávia Moraes, Franciane Bayer, Jack Rocha, Rosana Valle, Sâmia Bomfim, Simone Marquette e Talíria Petrone.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputada ENFERMEIRA REJANE  
No exercício da Presidência



**FIM DO DOCUMENTO**